

MERCADO DE TRABALHO

SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA

CANDIDATOS AO INTERNATO GERAL

MÉDICOS RECÉM-LICENCIADOS TEMEM PELO SEU FUTURO

Os cerca de 900 recém-licenciados em Medicina que deverão iniciar no próximo dia 1 de Fevereiro o seu internato geral — espécie de estágio de complemento de formação, ministrado nos hospitais do Estado durante um período de 21 meses — continuam ainda sem conhecer as normas que regulamentam esta fase da sua pré-carreira hospitalar, isto apesar das insistentes tentativas feitas para chegarem ao diálogo com a actual responsável pelo Ministério da Saúde, Leonor Beleza.

«Estamos a poucos dias do início do internato geral e uma cortina de silêncio continua a fechar-se à nossa volta, provocando uma enorme incerteza quanto ao futuro», afirmaram ao «DP» dirigentes da Comissão Nacional de Candidatos ao Internato Geral.

Em concreto, os jovens médicos recém-licenciados apenas sabem que no próximo dia 1 de Fevereiro a maioria deles terá de abandonar os grandes centros urbanos rumo aos hospitais

de todo o país, mas desconhecem ainda quais as condições que lhes serão oferecidas para realizarem o seu internato geral, uma vez que o novo regulamento preparado por Leonor Beleza «continua no segredo dos deuses».

Graças a informações avulsas que foram recolhendo, os candidatos sabem ainda que a sua remuneração deixará de ser, como até aqui, o carácter de um salário, para passar a ser entendida como um subsídio de estágio, de montante ainda desconhecido.

«Mesmo que o montante desse subsídio, como já nos foi dito, seja equivalente à letra G da Função Pública (salário em vigor para os cursos anteriores) não podemos deixar de nos sentir injustamente discriminados», salientam os representantes dos jovens médicos.

Na verdade, segundo o novo esquema, os candidatos ao internato geral perderão o direito a receber os subsídios de férias

e de Natal, bem como deixarão de ter acesso a outras regalias sociais, casos dos subsídios de alimentação, casamento, etc.

«O que está fundamentalmente em causa é que sem condições materiais dignas não se pode fazer uma formação profissional correcta, com consequências nefastas ao nível da qualidade da medicina que depois será oferecida à comunidade», explicam.

Considerando que durante o internato geral realizam «um trabalho pleno e efectivo» nos hospitais, embora obrigatoriamente tutelado por médicos mais qualificados, os candidatos sentem-se com direito a receberem um salário como acontece com os seus colegas dos cursos anteriores e não um mero subsídio que os colocará numa situação precária, «já que o seu montante até poderá ser alterado a qualquer momento por uma simples decisão unilateral do Governo».

Para os jovens médicos, a forma como a actual responsá-

vel pelo Ministério da Saúde pretende alterar a legislação em vigor desde 1971 é de todo incorrecta.

«Modificar as regras do internato a poucos dias do seu início, ainda por cima sem dar o mínimo conhecimento do que se passa aos interessados, é uma atitude inqualificável e que destrói todas as expectativas profissionais legitimamente criadas quanto ao futuro», afirmam.

Na base desta actuação governamental, os jovens médicos consideram estar a tão propalada necessidade de poupar dinheiro com a Saúde, quando Portugal já é o país da Europa que menos investe em tão importante sector.

«Ao pretender poupar uns tostões com o nosso internato, Leonor Beleza parece esquecer que o Estado já gastou com a nossa formação universitária somas avultadas — e que todo esse investimento poderá acabar por perder-se, com prejuízos enormes na assistência médica à população» — concluem.

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
<input checked="" type="checkbox"/>
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

mercado de trabalho

